



Instituição: Ouribank S.A. Banco Múltiplo

CNPJ: 78.632.767/0001-20

Documento Contidos: AINF9010 - Demonstrações Financeiras Individuais

Site: <https://www.ouribank.com>

TERMO DECLARATÓRIO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as Demonstrações Financeiras Individuais do Ouribank S.A. Banco Múltiplo, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, em cumprimento às disposições normativas da Resolução BCB nº 2/2020, compostas por:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório da Auditoria Independente.

DocuSigned by:

Marcio Felician Bravi

BE277145569446D...

Márcio Felician Bravi

Contador

CRC 1SP-291607/O-0

Assinado por:

Nessim

7CC07300B55844F...

Nessim Abadi

Diretor



OURIBANK S.A. BANCO MÚLTIPLO

CNPJ: 78.632.767/0001-20

Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2026





Sumário

Relatório da Administração	2
Relatório de Auditoria	4
Balanço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração do Fluxo de Caixa	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

O Ouribank S.A. Banco Múltiplo (“Ouribank”) é movido por performance para impulsionar tanto seus negócios como os de seus clientes e parceiros, entregando experiência, confiança e atendimento fluido e especializado para impulsionar nossos clientes e a carreira dos nossos colaboradores e talentos. Em 2026 continuamos nossos esforços estratégicos para nos posicionar como um banco completo, tecnológico e próximo aos nossos clientes.

No primeiro semestre de 2026, a economia mundial manteve um ritmo moderado de crescimento, em um ambiente marcado por elevada incerteza. Nos Estados Unidos, a atividade permaneceu resiliente, embora tenha apresentado sinais de desaceleração gradual, enquanto a inflação continuou em trajetória de arrefecimento, permitindo o início do ciclo de flexibilização monetária pelo Federal Reserve. Na Europa, o crescimento seguiu contido, refletindo a fraqueza da atividade industrial e o impacto das incertezas comerciais, ao passo que a economia chinesa continuou enfrentando desafios estruturais relacionados ao setor imobiliário e à demanda doméstica. O cenário internacional também foi influenciado pelo aumento das tensões geopolíticas e pelo recrudescimento das disputas comerciais, especialmente após a adoção de novas medidas tarifárias pelos Estados Unidos, elevando a volatilidade nos mercados financeiros e tornando os fluxos de capitais mais seletivos.

No Brasil, a economia apresentou desempenho acima do inicialmente esperado no primeiro semestre de 2026, impulsionada pela resiliência do mercado de trabalho, pelo consumo das famílias e pelo forte desempenho da agropecuária no início do ano. Apesar da desaceleração gradual da inflação, os índices de preços permaneceram próximos ao limite superior da meta, exigindo cautela na condução da política monetária. Nesse contexto, o Banco Central deu continuidade ao processo de redução da taxa Selic, preservando, contudo, uma postura prudente diante das incertezas fiscais e do ambiente externo mais adverso. Ao mesmo tempo, a persistência de questionamentos sobre a trajetória das contas públicas continuou limitando a melhora das expectativas de longo prazo e mantendo os prêmios de risco em níveis elevados.

Em relação ao desempenho financeiro, o Ouribank reportou lucro líquido de R\$ 178,1 milhões, crescimento de 70,3% em relação a 2025. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 79,7%. A Moody's atribuiu ao Ouribank o rating de A.br com perspectiva positiva.

Sobre nós

Com mais de 40 anos no mercado, Ouribank é um banco completo, líder em serviços especializados de câmbio. Com compromisso de transparência, seriedade e inovação, o Ouribank atendeu mais de 900 mil clientes e totalizou no semestre mais de R\$ 73,9 bilhões transacionados. A história do Ouribank é marcada pela excelência no atendimento personalizado, refletindo seu compromisso em inovar, trazer eficiência e superar as expectativas dos clientes. Desde o início, até hoje, a inovação orienta o negócio, o jeito de fazer e



as possibilidades que oferecemos aos clientes. Assim, o Ouribank caminha para o futuro e potencializa as oportunidades.

Pessoas, Responsabilidade Social e Sustentabilidade

O Ouribank tem orgulho da colaboração entre áreas, equipes e pessoas que nos mantêm consistentes em tudo o que fazemos. É por meio dessa integração que conseguimos otimizar nossos fluxos de trabalho, trazer experiências e atendimento fluido para os clientes e, automaticamente, atingir resultados maximizados.

Dentro do olhar de pessoas, seguiu investindo na capacitação e bem-estar de seus colaboradores. Essa proximidade nasce de dentro do Ouribank, pois, as pessoas vêm em primeiro lugar. É assim que se entende fomentar um ambiente de trabalho positivo para todos e ampliarmos nossos relacionamentos.

Com uma equipe talentosa e engajada de mais de 460 profissionais, o Ouribank cresceu proporcionando mais oportunidades e desafios para todos. Destacam-se iniciativas como a Universidade Ouribank, que oferece cursos de treinamento interno, além de oferecer programas de estudos para Graduação, Pós-Graduação ou MBA. Além disso, apoiamos o processo de certificações tão relevante em nossa atuação, somos cuidadosos com os programas regulatórios e, também, temos um pool de cursos obrigatórios. Hoje mais de 70% dos colaboradores são certificados com ABTI e 2, além de outras certificações requeridas pelos reguladores.

Relacionamento com Auditores Independentes (Norma CVM nº 162/22)

Em atendimento às determinações regulatórias, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria externa referentes às Demonstrações Financeiras.

A contratação de serviços não relacionados à auditoria externa prestados por nossos auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Durante o período, a KPMG não prestou outros serviços não relacionados à auditoria externa que pudessem impactar sua independência. A contratação de quaisquer serviços adicionais segue rigorosamente os princípios de auditoria, que consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

Agradecimentos

A Administração do Ouribank agradece aos seus clientes, parceiros e fornecedores o indispensável apoio e a confiança em nosso trabalho e, em especial, aos nossos colaboradores que tornaram possível o nosso desempenho.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores do Ouribank S.A. Banco Múltiplo

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Ouribank S.A. Banco Múltiplo (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Ouribank S.A. Banco Múltiplo em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas.. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar

a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

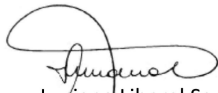
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP – 014428/O-6



Luciana Liberal Samia
Contadora CRC 1SP-198502/O-8



O banco que abra o mundo.

Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 11º andares – Edifício Ouribank – São Paulo – SP
www.ouribank.com

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025	Passivo	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2026	Em 31 de dezembro de 2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	779.424	486.368	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		3.441.832	3.087.593
Disponibilidades		472.018	455.844	Depósitos	16	2.409.677	2.014.853
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		307.406	10.524	Obrigações por Operações Compromissadas	17	56.895	39.936
				Outros Instrumentos de Dívida	18	42.944	35.621
Ativos Financeiros ao Valor Justo		1.509.800	1.798.402	Relações Interfinanceiras	19	212	177
				Relações Interdependências – Ordens de pagamento	20	345.639	518.820
Por Meio do Resultado		121.106	587.133	Obrigações em moedas estrangeiras	21	8.489	2.073
Títulos e Valores Mobiliários	7	78.971	32.859	Outros Passivos Financeiros	22	577.976	476.113
Instrumentos Financeiros Derivativos	9	42.135	554.274				
				Passivos Financeiros ao Valor Justo		9.893	4.438
Por Meio de Outros Resultados Abrangentes (PL)		1.388.694	1.209.269	Por Meio do Resultado		9.893	4.438
Títulos e Valores Mobiliários	7	1.388.694	1.209.269	Instrumentos Financeiros Derivativos	9	9.893	4.438
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		1.577.634	1.344.399	Outros Provisões	23	1.542	1.926
Relações Interfinanceiras	8	11.684	18.951				
Operações de Crédito	10a	1.525.319	1.239.961	Obrigações Fiscais Diferidos	24	17.309	191.721
(-) Prov. p/ perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	10f	(43.973)	(24.070)				
Outros Ativos Financeiros	11	84.604	109.557	Patrimônio Líquido	26	497.582	387.373
				Capital Social		111.000	111.000
Ativos Fiscais Diferidos	12	43.554	37.558	Reserva de Lucros		387.910	276.248
				Outros Resultados Abrangentes		(1.328)	125
Outros Valores e Bens	13	35.285	9.405				
Investimentos		41.366	34.641				
Imobilizado de Uso	14	9.888	8.325				
Intangível	15	31.478	26.316				
Depreciações e Amortizações		(18.905)	(15.722)				
(-) Depreciações Acumuladas	14	(6.058)	(5.504)				
(-) Amortizações Acumuladas	15	(12.847)	(10.218)				
Total		3.968.158	3.673.051	Total		3.968.158	3.673.051

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 11º andares – Edifício Ouribank – São Paulo – SP

www.ouribank.com

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Resultado das Intermediações Financeiras		632.217	535.674
Operações de Crédito	10e	29.522	24.129
Operações de Câmbio	11a	404.178	654.651
Títulos e Valores Mobiliários	7b	118.937	72.783
Instrumentos Financeiros Derivativos	9a	243.915	(122.028)
Despesas com Captação	16b	(144.432)	(78.557)
Provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de crédito	10f	(19.903)	(15.304)
Outras Despesas/Receitas Operacionais		(324.567)	(342.828)
Receitas de Prestação de Serviços	27	48.092	25.882
Despesas de Pessoal	28	(98.542)	(93.031)
Outras Despesas Administrativas	29	(211.638)	(247.903)
Despesas Tributárias	30	(52.650)	(38.596)
Provisões com contingências	23	385	(443)
Outras Receitas / Despesas Operacionais	31	(10.214)	11.263
Receitas não Operacionais		100	102
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação	25	307.750	192.948
Imposto de Renda e Contribuição Social	25	(310.194)	(86.383)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		(310.194)	(86.383)
Ativo Fiscal Diferido		5.996	-
Passivo Fiscal Diferido		174.580	-
Participações no Lucro	25	-	(1.962)
Lucro Líquido do Semestre		178.132	104.603
Nº de Ações	26a	6.824.602	6.824.602
Lucro Líquido por Ação – em R\$		26,10	15,33

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 11º andares – Edifício Ouribank – São Paulo – SP

www.ouribank.com

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
Lucro Líquido do Semestre/Exercício		178.132	104.603
Outros resultados abrangentes do período que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos		(1.328)	398
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(1.176)	724
Impostos e Contribuições		(152)	(326)
Resultado Abrangente do Semestre		176.804	105.001
Nº de Ações	26a	6.824.602	6.824.602
Resultado Abrangente do Período por Ação – em R\$		25,91	15,39

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



O banco que abre o mundo

Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 11º andares – Edifício Ouribank – São Paulo – SP

www.ouribank.com

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais

Nota Explicativa	Reservas de Lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros/ (prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Especiais				
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	111.000	22.200	254.048		125	-	387.373
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-		-	178.132	178.132
Destinação das Reservas de Lucros:							
- Reserva Especial de Lucros	-	-	82.129		-	(133.599)	(51.470)
- Dividendos mínimos obrigatório	-	-	29.533		-	(29.533)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-		-	(15.000)	(15.000)
Ativos fin. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-		(1.453)	-	(1.453)
Saldos em 30 de Junho de 2026	111.000	22.200	365.710		(1.328)	-	497.582
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	111.000	19.541	64.138		(295)	-	194.384
Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução nº 4.966	-	-	-		-	(424)	(424)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-		-	104.603	104.603
Destinação das Reservas de Lucros:							
- Reserva Legal	-	2.659	-		-	(2.659)	-
- Reserva Especial de Lucros	-	-	76.031		-	(76.034)	(3)
- Dividendos	-	-	25.486		-	(25.486)	-
Ativos fin. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-		693	-	693
Saldos em 30 de Junho de 2025	111.000	22.200	165.655		398	-	299.253

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



O banco que abre o mundo

Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 11º andares – Edifício Ouribank – São Paulo – SP

www.ouribank.com

CNPJ nº 78.632.767/0001-20

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais

	Nota Explicativa	Em 30 de junho de 2026	Em 30 de junho de 2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação		307.750	192.948
Ajustes ao Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação		(153.153)	(98.142)
Provisão para perdas esperadas associadas ao Risco de crédito		19.903	15.791
Participações no Lucro		-	(1.962)
Marcação a Mercado dos Instrum.Fin.Derivativos		(175.586)	(111.278)
Depreciações e Amortizações	29	3.184	2.640
Provisões com contingências	23	(385)	443
Resultado das Variações Cambiais não Realizadas		(269)	(3.776)
Variação em Ativos – (Aumento) / Diminuição		181.445	382.427
Títulos e Valores Mobiliários		(226.990)	38.691
Relações Interfinanceiras		7.267	(35.998)
Instrumentos Financeiros Derivativos		693.449	337.153
Operações de Crédito		(285.358)	(499.643)
Outros Ativos Financeiros		24.953	528.184
Ativos fiscais		(5.996)	18.775
Outros Valores e Bens		(25.880)	(4.735)
Variação em Passivos Operacionais – Aumento / (Diminuição)		50.210	(739.663)
Depósitos		394.824	(148.437)
Obrigações por Operações Compromissadas		16.959	29.207
Outros Instrumentos de Dívida		7.323	31.821
Relações Interfinanceiras		35	(42)
Relações Interdependências – Ordens de pagamento		(173.181)	(556.231)
Obrigações em moedas estrangeiras		6.416	-
Outros Passivos Financeiros		101.864	(43.932)
Obrigações Fiscais Correntes		(238.384)	(41.742)
Outras Provisões		-	(1.064)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(65.646)	(9.243)
Caixa Proveniente / (Aplicado) das Atividades Operacionais		386.252	(262.430)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição Imobilizado de Uso		(1.564)	(2.444)
Aquisição Intangível		(5.162)	(1.563)
Caixa Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(6.726)	(4.007)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	28c	(15.000)	-
Dividendos pagos		(51.470)	-
Caixa Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamentos		(66.470)	-
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		313.056	(266.437)
Modificações na posição financeira Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo no início do período	6	466.368	661.240
Saldo no final do período	6	779.424	394.803
Aumento / (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		313.056	(266.437)
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.			



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Ouribank S.A. Banco Múltiplo (“Ouribank ou Banco”), controlado pela Ourinvest Investimentos Holding Financeira S.A, mantém suas operações na forma de Banco Múltiplo, autorizado a funcionar perante o Banco Central do Brasil (Bacen), domiciliado na Avenida Paulista nº 1.728, sobreloja, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 11º andares – Edifício Ouribank – São Paulo – SP e desenvolve suas operações através das carteiras: (i) Comercial; (ii) Investimento; e (iii) Crédito e Financiamento, também possuindo autorização para atuar no mercado de câmbio. Além disso, o Banco realiza atividade de administração de Fundos de Investimentos Imobiliários.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais do Ouribank contemplam as operações realizadas no País e sua dependência no exterior (“Ouribank Cayman”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), nas diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976, com as alterações da Lei nº 11.941/2009), bem como nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando recepcionados pelo BACEN.

As operações da dependência no exterior são mantidas em moeda estrangeira e convertidas para Reais (moeda de apresentação), sendo os seus saldos patrimoniais e os resultados de suas transações integrados linha a linha nas demonstrações financeiras do Banco, com a devida eliminação dos saldos das contas e transações intragrupo/interdependências.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas sobre o pressuposto da continuidade operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e da Lei das Sociedades por Ações, e são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 28 de agosto de 2026.

3 Adoção de novas normas

a. Resolução CMN nº 5.185/24

A Resolução CMN nº 5.185/24 determina, a partir do exercício de 2026, a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade nas demonstrações contábeis consolidadas anuais, adotando os pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS:

I – Pronunciamento Técnico CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, e

II – Pronunciamento Técnico CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima.



O Ouribank acompanha a evolução regulatória e está avaliando os eventuais impactos decorrentes da aplicação da referida norma. Com base na análise realizada até a presente data, o Banco não mantém ativos de sustentabilidade ou passivos de sustentabilidade passíveis de reconhecimento contábil nos termos da referida regulamentação.

As avaliações de aspectos sociais, ambientais e climáticos atualmente realizadas pela Instituição no âmbito dos processos de concessão e monitoramento de crédito, incluindo a análise de clientes, operações e garantias, integram a estrutura de gerenciamento do risco social, ambiental e climático (RSAC) e não resultam, por si só, no reconhecimento de ativos ou passivos de sustentabilidade para fins contábeis.

Dessa forma, a Administração não espera impactos materiais nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da Resolução CMN nº 5.252/2025, sem prejuízo de reavaliações futuras em caso de alteração do modelo de negócios, da regulamentação aplicável ou da aquisição de ativos e assunção de obrigações enquadráveis nos conceitos previstos na norma.

b. Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

Os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966 foram contabilizados em lucros acumulados em 01 de janeiro de 2025, líquido dos efeitos tributários, e estão apresentados nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

Disposições da Resolução CMN nº 4.966/21 que tiveram a vigência prorrogada:

Reestruturação

No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada, porém a resolução faculta o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais das operações reestruturadas até 31 de dezembro de 2026. O Ouribank não tem impacto para o item mencionado.

Hedge Accounting

Os dispositivos da norma buscam uma aproximação entre o registro contábil do hedge e a forma com que as instituições financeiras estruturam seu gerenciamento de riscos.

A partir de 1º de janeiro de 2027 as operações de hedge accounting devem ser reclassificadas para as novas categorias conforme descrito abaixo:

Hedge de valor justo;

Hedge de fluxo de caixa; e

Hedge de investimento líquido no exterior.

**Regulamentação de Ativos Virtuais em 1º de janeiro de 2027**

O Ouribank encontra-se em processo de adequação aos requisitos regulatórios aplicáveis à prestação de serviços de ativos virtuais e de obtenção da certificação técnica independente prevista na Resolução BCB nº 520/2025 e na Instrução Normativa BCB nº 701/2026, relacionada às atividades de intermediação. Considerando que o Banco já atuava nesse segmento antes da entrada em vigor da regulamentação, as adequações estão sendo conduzidas em conformidade com o período de transição estabelecido pelo Banco Central do Brasil para as instituições já em operação.

4 Descrição das principais práticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis referente ao semestre de 30 de junho de 2026.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b. Moeda funcional, de apresentação, transações em moedas estrangeiras e equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior

As demonstrações financeiras individuais são mensuradas utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário no qual a empresa atua (moeda funcional) Reais-Brasil.

Conversão das transações em moedas estrangeiras

Caso a investida no exterior realize transações em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais, estas transações serão convertidas aplicando-se as taxas de câmbio, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, do respectivo balancete ou balanço para os itens monetários, itens não monetários avaliados a valor justo. Para os demais casos, aplica-se as taxas de câmbio na data da transação.

Equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior

A equivalência patrimonial das entidades sediadas no exterior, cuja moeda funcional está definida no item "b" acima, é reconhecida diretamente nas demonstrações de resultado.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil – aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a provisão para contingências e a marcação a mercado de instrumentos financeiros, derivativos e a projeção de realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas mensalmente.

d. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por saldos em disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com conversibilidade imediata e com prazo original de vencimento igual ou inferior a noventa dias, a contar da data de aplicação, e baixa probabilidade de alteração do seu valor.



e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, com a finalidade de proteção contra riscos (hedge). Os ajustes são contabilizados e tributados por competência.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

h. Classificação dos Ativos Financeiros e dos Instrumentos Financeiros e Derivativos

- **Custo Amortizado ("CA"):** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"):** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; e
- **Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"):** o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o Ativo Financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria Ativos Financeiros mantidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de SPPJ.

A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – "Teste SPPJ").

Para determinar o modelo de negócios, o Ouribank avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.



A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor Justo por meio do Resultado”.

O Ouribank não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial.

Mensuração

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados:

- **Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas da intermediação financeira”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas da intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato.
- **Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas da intermediação financeira”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.
- **Ao valor justo no resultado:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo e hierarquia do valor justo:

Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, foram classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.



- **Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Reclassificação dos instrumentos financeiros

O Ouribank não reclassificou seus instrumentos financeiros no semestre apresentado.

Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

i. Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (Ex: tarifas atreladas a originação das operações de crédito).

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

j. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Banco constituiu provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para os seguintes ativos financeiros:

- Operações de crédito;
- Outros ativos financeiros; e
- Limites concedidos e não utilizados.

O segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Atualmente o Ouribank, possui operações em todas as carteiras (“C1” a “C5”).

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- **Ativos financeiros não problemáticos:** refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações



corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 (da resolução).

- **Ativos financeiros inadimplidos:** trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal de juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 (da resolução), acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.
- **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 (da resolução).

k. Ativo problemático

O Ouribank considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos:

Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou constatação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, que poderá incluir:

- Medidas Judiciais;
- Óbitos;
- Falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial ou atos similares pedidos em relação à contraparte;
- Operações de fiança honrada;
- Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam os TVM de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte;
- Reestruturação: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático.

A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento. Os ativos financeiros são baixados para prejuízo, a partir do momento em que o Banco não tem mais expectativa de recuperação.



O Ouribank deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”.

Para fins de critérios de “cura”, são consideradas as seguintes premissas:

Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;

- Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte (estudos estatísticos consideram, 3 meses de pagamento tempestivo para operações no geral e 6 meses de pagamentos tempestivos para operações reestruturadas);
- Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais;
- Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como Ativo Problemático.

I. Outros valores e bens

Os ativos virtuais mantidos pela Instituição são reconhecidos e mensurados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), na rubrica “Outros Valores e Bens”, tendo em vista não se enquadrarem no conceito de instrumento financeiro previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021. O critério adotado converge com o modelo de reconhecimento, mensuração e evidenciação estabelecido pela Resolução BCB nº 550/2026 — referência normativa mais recente do Banco Central do Brasil para o setor — e está alinhado à prática predominante no mercado financeiro internacional que, na ausência de norma IFRS específica para criptoativos, tende a mensurá-los a valor justo quando mantidos para negociação.

Reconhecimento inicial: Os ativos virtuais são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação (taxas de rede, corretagem e tarifas de liquidação), critério equivalente ao adotado por demais instituições do Sistema Financeiro Nacional para ativos não monetários mantidos para negociação.

Mensuração subsequente: Em cada data de balancete/balanço, os ativos virtuais são reavaliados a valor justo com base na taxa de câmbio de fechamento (PTAX) divulgada pelo Banco Central do Brasil, tendo em vista que a carteira da Instituição é composta majoritariamente por stablecoins referenciadas ao dólar norte-americano. Esse critério reproduz, por analogia, o modelo de marcação a mercado (mark-to-market) já empregado pelas instituições financeiras na gestão de posições cambiais e de instrumentos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado (VJR), assegurando aderência ao valor econômico do ativo.

Reconhecimento das variações: As variações positivas ou negativas decorrentes dessa atualização são reconhecidas diretamente no resultado do período, são registradas as demais exposições cambiais da Instituição, o que assegura consistência e comparabilidade às demonstrações financeiras.

Baixa e apuração de resultado: A baixa contábil do ativo virtual ocorre na data do efetivo encerramento da posição, alienação ou liquidação. Os ganhos ou perdas correspondentes são apurados pela diferença entre o valor líquido obtido na operação e o valor contábil atualizado do ativo, e reconhecidos no resultado do período em que ocorre a transação, em linha com o princípio da competência e com a prática de apuração de resultado adotada em operações com títulos, valores mobiliários e instrumentos cambiais.

Redução ao valor recuperável (impairment): Como o ativo é atualizado mensalmente a valor justo por meio da taxa PTAX, não se aplica a constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável (impairment) associada ao modelo de custo — tratamento que diverge do custo histórico menos impairment



usado por entidades que classificam criptoativos como intangível de uso próprio, e aproxima a prática da Instituição da marcação a mercado observada em carteiras de negociação (trading book).

m. Despesas Antecipadas

Registradas ao custo de aquisição/contratação e representam a aplicação de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. A apropriação ao resultado é realizada mensalmente pelo regime de competência, ao longo do prazo de vigência dos respectivos contratos ou utilidade dos bens/serviços.

n. Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos ao valor justo ou de realização. As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante o recebimento.

o. Ativos e Passivos fiscais diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução CMN nº 4.842 de 30 de junho de 2020, que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Os débitos tributários são constituídos com base nos passivos temporais com provisão dos tributos vigentes na data do exercício.

p. Bens não de uso próprio

Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

q. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias (em base *pró rata*) e cambiais auferidas e as provisões para perdas, quando aplicável.

r. Permanente

Outros Investimentos – A conta de outros investimentos está avaliada pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda de acordo com o valor recuperável, quando aplicável.

Imobilizado de Uso – O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.



Intangível – São registrados ao custo de aquisição e gastos com desenvolvimento de *softwares* e licenças de uso que são amortizados, considerando a vida útil-econômica dos ativos intangíveis.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) – É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. O Banco testa o valor recuperável dos ativos no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. De acordo com avaliação do Banco, concluímos que, em 30 de junho de 2026, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

S. Passivos circulante e exigível a longo prazo: Depósitos e demais instrumentos financeiros

Captações no mercado aberto, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base “*pró rata*” dia.

Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

t. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos. A viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Trata-se de um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas inerentes a uma previsão sobre eventos futuros, estando as avaliações sujeitas a atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** – São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes e obrigações legais** – São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.

II. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20% e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social.

V. Resultado não recorrente

As políticas internas do Banco em conexão com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20 consideram como resultado não recorrentes eventos que não estão relacionados com as atividades típicas



da instituição, e quando não existe previsão para ocorrerem com frequência nos semestres futuros. Para o semestre de 30 de junho de 2026, não houve resultado de operações não recorrente.

5 Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura do Gerenciamento de Risco do Banco é apoiada pelas diversas Políticas Corporativas avaliadas e aprovadas pela alta Administração.

Os papéis e responsabilidades de cada participante e as definições de segregação de função e conflito de interesse encontram-se descritos nos documentos internos, sendo sua execução apoiada pela estrutura de Controles Internos e Gestão Integrada de Riscos.

Em 23 de fevereiro de 2017, o BACEN publicou a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital. Destacam-se na resolução a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, a definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e do programa de teste de estresse, e a indicação do diretor para gerenciamento de riscos (CRO), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

A declaração de apetite por risco consiste nos tipos de risco e os respectivos níveis que o Banco está disposto a assumir, bem como a capacidade de gerenciar os riscos de forma efetiva e prudente.

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhado com o apoio do Chief Risk Officer (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado à alta Administração e orienta a tomada das medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos.

a. Controles de gerenciamento de risco

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Banco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas:

- **1ª linha** – representada por todos os colaboradores das áreas, enquanto proprietários diretos dos riscos inerentes às suas atividades, implementando e aperfeiçoando os controles e ações mitigatórias em conformidade com as Políticas de Gerenciamento Integrado de Riscos, Controles Internos e Compliance, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, Relacionamento com Cliente e o Código de Ética;
- **2ª linha** – representada pelas áreas de Gerenciamento Integrado de Riscos, Controles Internos e Compliance, responsáveis por auxiliar a primeira linha na identificação dos riscos e sua mitigação, assegurando que os processos sejam cumpridos em conformidade com as leis e regulamentos internos, zelando pelo controle dos riscos de acordo com o apetite por riscos definidos pelo Conselho de Administração; e
- **3ª linha** – representada pela Auditoria Interna, que tem como função revisar de modo eficiente as atividades das duas primeiras linhas e contribuir para a qualidade e efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de riscos e governança das áreas por meio de uma avaliação independente, autônoma e imparcial.

O Banco utiliza sistemas automatizados e robustos para atendimento aos regulamentos de capital, bem como para a mensuração de riscos.

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Banco. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza:



- (i) **Risco operacional** – A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Com o objetivo de envolver e atribuir responsabilidades aos profissionais na gestão de risco operacional, o Banco dispõe de agentes e suplentes de Compliance e Riscos em todas as áreas, permitindo a identificação, avaliação, monitoramento e mitigação do risco operacional de maneira descentralizada, contínua e tempestiva, favorecendo uma ação compartilhada e multidisciplinar, na qual os especialistas do processo desempenhem importante papel na gestão de riscos e controles.

O Banco possui um Plano de Continuidade de Negócios a que tem como objetivo evitar interrupções de atividades e oferecer segurança aos clientes com relação à capacidade de liquidação de suas operações, além de mitigar graves perdas decorrentes de risco operacional. Esses objetivos são alcançados através do plano de continuidade de negócios, que descreve as estratégias a serem adotadas diante de incidentes e eventuais crises, considerando também os serviços relevantes prestados por terceiros.

- (ii) **Risco de crédito** – É o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do interveniente ou do instrumento mitigador.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco do Banco.

No gerenciamento do Risco de Crédito, são utilizadas práticas e tecnologias para a mensuração, acompanhamento e análise revisional, considerando as concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas, setores de atividades, porte de cliente, indicadores de inadimplência e de recuperação de crédito, coberturas securitárias e garantias. Realização de simulações de condições extremas (testes de estresse), considerando as alterações das condições de mercado e liquidez, se for o caso.

- (iii) **Risco de liquidez** – É definido como a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O Banco adota limites de caixa mínimo, que ainda no limite dê suporte para manutenção de suas atividades normais, com plano de contingência para eventuais ocorrências de desequilíbrio monetário.

A estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, complexidade e dimensão da exposição ao risco de liquidez. O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse.

- (iv) **Risco de Mercado** – É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços das mercadorias (*commodities*).

O Controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades de mensuração e avaliação do risco, monitoramento dos cenários de estresse, reporte de risco para os responsáveis, e apoio ao lançamento de novos produtos com segurança.



A gestão do risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação (Bancária), de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução BCB nº 111/2021.

A Carteira de Negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, realizadas com intenção de negociação. A Carteira de Não Negociação é composta pelas operações realizadas sem a intenção de negociação.

O gerenciamento deste risco está atrelado a um efetivo controle a partir das melhores práticas e ferramentas operacionais, garantindo que a instituição esteja adequadamente capitalizada e segura, sendo conhecedora de suas vantagens e desvantagens em termos de retorno e risco e supervisionado e controlado de maneira eficaz, identificando e quantificando as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica do preço do ativo.

São utilizadas práticas e tecnologias para a mensuração e acompanhamento dos limites definidos, das sensibilidades e estresses às oscilações a exposição cambial, taxa de juros, preços de ações e mercadorias, prevendo os riscos inerentes a novas atividades e produtos, adequando os controles e procedimentos necessários.

Este risco é administrado pelas técnicas de avaliação de riscos tradicionais, o VAR (*Value at Risk*), cenários de estresse e análise de sensibilidade. Testes de aderência (*backtest*) são efetuados regularmente a fim de se verificar a eficiência dos modelos e metodologias adotados.

b. Risco Socioambiental e Climático

Entende-se como risco social, ambiental e climático a possibilidade de ocorrência de perdas diretas e indiretas decorrentes dos danos por eles provocados. O Ouribank reconhece a existência de riscos sociais, ambientais e climáticos, os quais são considerados como um componente das diversas modalidades de risco a que está exposto.

As rotinas e procedimentos existentes no Ouribank são capazes de identificar, avaliar, gerenciar, mitigar e monitorar os riscos dos produtos, serviços, e atividades priorizadas, as quais são definidas a partir dos princípios da Relevância e Proporcionalidade.

c. Análise de sensibilidade

Para efeito da análise da sensibilidade foram realizadas três simulações em cenários distintos para as principais atividades do Banco: instrumentos financeiros e derivativos cambial "Hedge". O efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- Cenário I Situação considerada uma deterioração de 1%, na variável de risco, que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade;
- Cenário II Situação com deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada;
- Cenário III Situação com deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada.

As operações de câmbio foram recalculadas com base na soma residual das operações de câmbio do ativo e passivo, considerando sua exposição cambial em 30 de junho de 2026, aplicando as taxas de câmbio de cenários I, II e III. Os instrumentos financeiros são representados pela soma residual dos instrumentos financeiros do ativo e passivo, para metodologia de choques nas taxas de juros (SELIC, CDI, IPCA e IGPM). Abaixo são demonstradas as variações apresentadas nas carteiras para cada cenário.



Em milhares de reais	30/06/2026		
Fatores de Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Derivativos Cambiais	3.705	4.354	5.031
Instrumentos Financeiros	61	42	23
Total	3.766	4.396	5.054

Em milhares de reais	31/12/2025		
Fatores de Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Derivativos Cambiais	4.538	17.628	31.265
Instrumentos Financeiros	1.498	1.791	2.095
Total	6.036	19.419	33.360

d. Gerenciamento de capital

A alta Administração é o principal órgão no gerenciamento de capital do Banco, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do Banco.

Com a finalidade de avaliar sua suficiência de capital, no mínimo anualmente, o Banco identifica os principais riscos aos quais estão expostos e verifica sua materialidade. Com base nestas informações, a área de gerenciamento integrado de riscos financeiros avalia a necessidade e a suficiência de capital. Adicionalmente, testes de estresse são efetuados, a fim de se verificar a suficiência de Capital em situações extremas.

Esta avaliação de adequação de capital é efetuada adicionalmente para se verificar a viabilidade de novos produtos, e simulações estratégicas, conforme demanda.

Em milhares de reais	30/06/2026	31/12/2025
Composição do Patrimônio de Referência		
Patrimônio Líquido Consolidado	500.575	387.374
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(47.582)	(16.098)
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	452.993	371.276
Instrumentos Elegíveis para Compôr o Nível II (*)	18.223	17.056
Nível II	18.223	17.056
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	471.216	388.332

O relatório de gerenciamento de risco completo, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital e não integra as demonstrações financeiras nem a opinião dos auditores independentes, está disponível no site do Banco em:

<https://www.ouribank.com/sobre-nos/documentos> (não auditado).



6 Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Moeda Nacional	184.066	128.116
Moeda Estrangeira	287.952	327.728
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	307.406	10.524
Total	779.424	466.368

A composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo;
- Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

7 Títulos e valores mobiliários

- a. Diversificação por prazo de vencimento e valor de mercado, a carteira de títulos e valores mobiliários está assim demonstrada:

	30/06/2026					
	Nível 2					
	Valor de mercado					Valor de curva
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Ajuste de Mercado
Ativos financeiros avaliados ao Valor Justo	78.971	-	-	-	78.971	78.971
Cotas de Fundos Imobiliário	4.263	-	-	-	4.263	4.263
Cotas de Fundo de Investimentos - Multimercado	73.791	-	-	-	73.791	73.791
Renda Variável	917	-	-	-	917	917
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL)	88.737	20.526	818.633	460.798	1.388.694	1.389.870
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	818.633	434.969	1.253.602	1.253.517
Letras Financeiras	-	20.526	-	-	20.526	20.526
Debêntures	-	-	-	25.829	25.829	25.727
Títulos no Exterior	88.737	-	-	-	88.737	90.100
Total:	167.708	20.526	818.633	460.798	1.467.665	1.468.841
Circulante					1.006.867	
Não Circulante					460.798	



							31/12/2025
Nível 2							
Valor de mercado					Valor de curva	Ajuste de Mercado	
Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total	
Ativos financeiros avaliados ao Valor Justo	32.859	-	-	-	32.859	32.859	-
Cotas de Fundos de Imobiliário	69	-	-	-	69	69	-
Cotas de Fundo de Investimentos - Multimercado	31.786	-	-	-	31.786	31.786	-
Renda Variável	1.004	-	-	-	1.004	1.004	-
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL)	-	336.205	167.491	705.573	1.209.269	1.209.144	125
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	310.257	167.491	705.573	1.183.321	1.183.317	4
Debêntures	-	25.948	-	-	25.948	25.827	121
Total:	32.859	336.205	167.491	705.573	1.242.128	1.242.003	125
Circulante					536.555		
Não Circulante					705.573		

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC), os títulos privados, as cotas de fundo de investimento e as ações encontram-se custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

Os títulos e valores mobiliários e as debêntures são ajustados a valor de mercado pelos parâmetros de cada título, como: vencimento, prazo, indexador, juros do último dia útil antes da data do balanço, com preços obtidos pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) taxa a termo, líquidas de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. As contas de fundos de investimentos imobiliários são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento divulgado pelo Boletim diário de informações - BDI, as cotas de fundos em participação, são ajustadas a valor de mercado pelo preço de fechamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no último dia útil antes da data do balanço. As contas de fundos imobiliários não possuem característica de fundos exclusivos (Fundo de Investimento Imobiliário Ourinvest Logística).

Na data base de 30 de junho de 2026, as Debêntures foram adquiridas no período com remuneração de 100,00% a.a. do Depósito Interfinanceiro - DI.

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	33.632	28.425
Rendas de títulos de renda fixa	82.993	44.463
Rendas em Títulos de aplicações no exterior	253	-
Rendas de aplicações em fundos de investimento	4.848	250
Lucros com títulos de renda fixa	93	494
Prejuízos com títulos de renda fixa	(2.882)	(849)
Total	118.937	72.783



8 Relações interfinanceiras ao Custo Amortizado ("CA")

	30/06/2026	31/12/2025
Pagamento Instantâneo no Banco Central do Brasil	11.443	18.663
Relações com Correspondentes	241	288
Total	11.684	18.951

9 Instrumentos financeiros derivativos ao Valor Justo ("VJR")

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de contratos futuros, a termo, registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, na bolsa de Chicago Mercantile Exchange (CME) e Commodities Exchange (COMEX) envolvendo taxas de variação cambial ou índice de preços. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores de referências registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais. Os contratos de Non-Deliverable Forward (NDF) representam os contratos a termo sem entrega física. Os contratos a termo de NDF são negociados diretamente com outro banco, ou seja, no mercado de balcão. Sua mobilidade de contrato oferece a determinação de valores, vencimento e flexibilidade aos recursos de caixa. Para determinação dos preços de contratos utilizamos bases de cotações divulgadas em mercados de bolsas mais a taxa do câmbio à vista. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos a termo e opções são registrados como receita ou despesas efetivas quando auferidos e representam seu valor de mercado. O resultado com instrumentos financeiros derivativos é avaliado à preços de mercado. As operações em Instrumento financeiro derivativos são representadas como parte integrante da gestão de exposição e estão assim apresentadas:

30/06/2026						
Diferencial a receber – Ativo						
Classificação Nível 2						
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Nocional	Garantias
Operações de Câmbio	4.709	2.734	2.807	10.250	65.736	-
Operações de Termo NDF	31.414	471	-	31.885	1.340	-
Futuro	-	-	-	-	467.212	747.099
Swap	-	-	-	-	106.000	-
Total	36.123	3.205	2.807	42.135	640.288	747.099



31/12/2025

Diferencial a receber - Ativo						
Classificação Nível 2						
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Nocional	Garantias
Operações de Câmbio	4.614	2.593	4.834	12.041	53.693	-
Operações de Termo NDF	370.470	171.509	-	541.979	378.632	-
Futuro	-	-	-	-	5.089.281	745.047
Swap	-	254	-	254	32.000	-
Total	375.084	174.356	4.834	554.274	5.553.606	745.047

30/06/2026

Diferencial a pagar - Passivo						
Classificação Nível 2						
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Nocional	
Operações de Câmbio	3.525	1.747	2.337	7.609	115.987	
Operações de Termo NDF	401	-	-	401	561.504	
Futuro	-	-	-	-	3.915.219	
Swap	-	-	1.883	1.883	-	
Total	3.926	1.747	4.220	9.893	4.592.710	

31/12/2025

Diferencial a pagar - Passivo						
Classificação Nível 2						
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Nocional	
Operações de Câmbio	836	1.197	703	2.736	94.560	
Operações de Termo NDF	427	36	-	463	912.767	
Futuro	-	-	-	-	6.825.090	
Swap	-	1.213	26	1.239	-	
Total	1.263	2.446	729	4.438	7.832.417	



a. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2026	30/06/2025
Operações de Câmbio	(6.663)	(445.890)
Operações em Swap	(1.271)	(830)
Operações em Termo "Non Deliverable Forward"	(129.640)	60.868
Operações em Mercado Futuro	381.489	263.824
Total	243.915	(122.028)

10 Operações de crédito ao Custo Amortizado ("CA")

a. Composição das operações de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	216.991	239.482
Financiamentos	61.369	62.351
Financiamentos Imobiliários	24.015	25.642
Títulos com Característica de Concessão de Crédito	689.289	185.115
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	533.656	727.371
Total	1.525.319	1.239.961
Circulante	1.223.152	997.626
Não circulante	302.167	242.335

b. Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	30/06/2026	31/12/2025
Pessoas Jurídicas	1.495.379	1.216.977
Comércio	487.685	405.622
Indústria	468.483	396.322
Financeiros	89.200	76.593
Administrativas e Serviços Complementares	84.059	69.754
Imobiliárias e Construção	216.461	127.489
Transporte e Armazenagem	34.834	39.861
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	42.394	49.136
Outras Atividades De Serviços	72.263	52.200
Pessoas Físicas	29.940	22.984
Total	1.525.319	1.239.961



c. Composição da carteira, situação e faixa de vencimento

30/06/2026							
Carteira	C1	C2	C3	C4	C5	Saldo Contábil	% Sobre Total Geral
Curso normal e vencidos até 14 dia	284.012	517.609	407.369	232.171	1.168	1.442.329	94,56%
Vencidos 15 a 30 dias	267	219	509	-	-	994	0,07%
Vencidos 31 a 60 dias	2.232	8.535	556	11.572	-	22.894	1,50%
Vencidos 61 a 90 dias	29	-	2	-	-	31	0,00%
Total	286.540	526.363	408.435	243.742	1.168	1.466.249	
Parcelas em Ativos Problemático	30.997	23.271	4.797	-	6	59.071	3,87%
Total	317.537	549.634	413.231	243.742	1.174	1.525.319	100,00%

31/12/2025							
Carteira	C1	C2	C3	C4	C5	Saldo Contábil	% Sobre Total Geral
Curso normal e vencidos até 14 dia	169.674	501.375	335.096	155.880	34.270	1.196.295	96,48%
Vencidos 15 a 30 dias	2.551	193	4.613	-	1.536	8.893	0,72%
Vencidos 31 a 60 dias	4.489	-	3.422	-	210	8.121	0,65%
Vencidos 61 a 90 dias	10.390	-	-	-	-	10.390	0,84%
Vencidos 90 a 120 dias	877	-	-	-	-	877	0,07%
Total	187.981	501.568	343.131	155.880	36.016	1.224.576	
Parcelas em Ativos Problemático	11.734	-	3.049	-	602	15.385	1,24%
Total	199.715	501.568	346.180	155.880	36.618	1.239.961	100,00%



d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

		30/06/2026					
Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas Esperadas Adicionais	Perdas Esperadas Incurridas	Total Perda Esperada
C1	Ativos não problemáticos	284.012	2.528	286.540	(4.650)	-	(4.650)
C1	Ativos problemáticos	2.502	28.494	30.997	-	(4.881)	(4.881)
C2	Ativos não problemáticos	517.609	8.754	526.363	(8.972)	-	(8.972)
C2	Ativos problemáticos	11.486	11.785	23.271	-	(7.773)	(7.773)
C3	Ativos não problemáticos	407.369	1.066	408.435	(8.767)	-	(8.767)
C3	Ativos problemáticos	1.054	3.742	4.797	-	(2.990)	(2.990)
C4	Ativos não problemáticos	232.171	11.572	243.742	(5.916)	-	(5.916)
C4	Ativos problemáticos	-	-	-	-	-	-
C5	Ativos não problemáticos	1.168	-	1.168	(22)	-	(22)
C5	Ativos problemáticos	4	2	6	-	(3)	(3)
Total		1.457.376	67.943	1.525.319	(28.327)	(15.647)	(43.973)

		31/12/2025					
Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas Esperadas Adicionais	Perdas Esperadas Incurridas	Total Perda Esperada
C1	Ativos não problemáticos	169.674	18.307	187.981	(3.186)	(206)	(3.392)
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	-	11.734	11.734	-	(1.173)	(1.173)
C2	Ativos não problemáticos	501.375	193	501.568	(7.024)	-	(7.024)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-	-	-
C3	Ativos não problemáticos	335.096	8.035	343.131	(6.912)	-	(6.912)
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	-	3.049	3.049	-	(1.485)	(1.485)
C4	Ativos não problemáticos	155.880	-	155.880	(2.962)	-	(2.962)
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	-	-	-	-	-
C5	Ativos não problemáticos	34.270	1.746	36.016	(742)	-	(742)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	-	602	602	-	(380)	(380)
Total		1.196.295	43.666	1.239.961	(20.826)	(3.244)	(24.070)



e. Resultado das operações de crédito

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Operações de Crédito		
Rendas de Adiantamento	219	-
Rendas de Empréstimos	19.753	19.227
Rendas de direitos Creditórios	2.741	3.912
Rendas de Financiamentos	3.098	347
Rendas de Financiamentos de Moedas Estrangeiras	1.409	1.167
Rendas de Financiamentos Habitacionais	2.303	1.682
Outras Despesas Com Características de Crédito		
Descontos concedidos em renegociação	(1)	(106)
Variação cambial sobre aquisição de recebíveis mercado internacional	-	(2.100)
Total	<u>29.522</u>	<u>24.129</u>

f. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Composição	<u>(24.070)</u>	<u>(8.766)</u>
Constituição da provisão para perdas esperadas	(19.903)	(15.304)
Total em Prov. p/perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	<u>(43.973)</u>	<u>(24.070)</u>

g. Garantias

Em 30 de junho de 2026, o saldo da carteira de crédito em garantias está representado em 91% pelos seguintes instrumentos: seguros de crédito, garantias fidejussórias, alienação fiduciária e cessão de direitos creditórios de aplicações financeiras de renda fixa e variável.



11 Outros ativos financeiros ao Custo Amortizado ("CA")

	30/06/2026	31/12/2025
Serviços Prestados a Receber	7.843	4.283
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias	739	57.613
Adiantamentos e Antecipações	13.751	949
Devedores por Depósitos Em Garantia	268	91
Impostos e Contribuições a Compensar	61.208	34.659
Devedores Diversos – Pais	795	11.962
Total	84.604	109.557
Circulante	84.604	109.557
Não circulante	-	-

a. Resultado de operações de câmbio

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado com Variação Cambial	120.348	329.164
Resultado com Bancos no exterior, Disponibilidade e Estoque	194.686	170.019
Resultado com Ordem a cumprir	88.949	155.553
Outras Despesas	195	(85)
Total	404.178	654.651

12 Ativos fiscais diferidos

	30/06/2026	31/12/2025
Crédito Tributário ^(a)	43.554	37.558
Total	43.554	37.558

a. Créditos tributários

Os créditos tributários são decorrentes de diferenças temporárias. Caracterizam-se como diferenças temporárias as despesas apropriadas no semestre e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real. A realização dos créditos tributários está vinculada ao vencimento das operações em data futura.



b. Movimentação de crédito tributário de imposto de renda e contribuição social

Crédito Tributário	31/12/2025	Constituição/Reversão	Realização	30/06/2026
	Total do Ativo			Total do Ativo
Correspondentes	6.920	(5.753)	-	1.167
Prejuízo com Crédito	597	6.574	(6.190)	981
Marcação a Mercado - DI/DDI	3.288	-	(3.288)	-
Operações em Swap	989	583	-	1.572
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	10.021	6.088	-	16.109
Provisões para contingência	867	(173)	-	694
Remuneração	14.580	8.310	-	22.890
Outras	296	(155)	-	141
Total	37.558	15.474	(9.478)	43.554

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social totalizaram no valor de R\$ 43.554 (31/12/2025 – R\$ 37.558). Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 37.257 descontadas a taxa de média da Selic projetada.

O monitorando as suas estimativas e julgamentos contábeis, bem como as políticas contábeis relacionadas. No semestre findo em 30 de junho de 2026, não há créditos tributários não ativados.

c. Realização de crédito tributário

A realização dos créditos tributários está vinculada ao vencimento de cada operação ou expectativa de realização futura com liquidação e baixa dos ativos, conforme demonstrado:

Realização	2027	2028	Total
Correspondentes	1.167	-	1.167
Prejuízo com Crédito	981	-	981
Operações em Swap	2.419	(847)	1.572
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7.153	8.956	16.109
Provisões para contingência	694	-	694
Remuneração	22.890	-	22.890
Outras	141	-	141
Total	35.445	8.109	43.554



13 Outros valores e bens

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Virtuais ^(a)	26.530	-
Ativo em Ouro	1.947	7.822
Despesas Antecipadas	2.866	1.345
Seguros a Apropriar	3.694	238
Outros	248	-
Total	35.285	9.405

- a. Em 30 de junho de 2026, o saldo registrado na rubrica refere-se ao montante de R\$ 26.530 (USDT 5.125.047,32 correspondendo a R\$ 26.527.244,93; USDC 400,48 correspondendo a R\$ 2.072,91; e ETH 0,16 correspondendo a R\$ 0,85), os quais foram convertidos/atualizados com base na taxa de câmbio PTAX de fechamento.

14 Imobilizado de uso

	30/06/2026		
	Custo	(-) Depreciações Acumuladas	Valor Residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.944	(1.363)	581
Sistemas de Segurança, Comunicações e Transporte	2.502	(707)	1.795
Sistemas de Processamento de Dados	5.442	(3.988)	1.454
Total	9.888	(6.058)	3.830

	31/12/2025		
	Custo	(-) Depreciações Acumuladas	Valor Residual
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.944	(1.303)	641
Sistemas de Segurança, Comunicações e Transporte	968	(579)	389
Sistemas de Processamento de Dados	5.413	(3.622)	1.791
Total	8.325	(5.504)	2.821

15 Intangível

	30/06/2026		
	Custo	(-) Amortização Acumulada	Valor Residual
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	31.478	(12.847)	18.631
Total	31.478	(12.847)	18.631

	31/12/2025		
	Custo	(-) Amortização Acumulada	Valor Residual
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	26.316	(10.218)	16.098
Total	26.316	(10.218)	16.098



16 Depósitos ao Custo Amortizado ("CA")

					30/06/2026
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano	Total
Depósitos à vista	317.754	-	-	-	317.754
Depósitos a prazo – Pós e Pré fixado ^(a)	-	194.174	637.682	1.218.085	2.049.941
Contas correntes em moedas estrangeiras	41.982	-	-	-	41.982
Total	359.736	194.174	637.682	1.218.085	2.409.677

					31/12/2025
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano	Total
Depósitos à vista	290.859	-	-	-	290.859
Depósitos Interfinanceiros	87.967	-	-	-	87.967
Depósitos a prazo – Pós e Pré fixado ^(a)	-	147.877	478.431	954.037	1.580.345
Contas correntes em moedas estrangeiras	55.682	-	-	-	55.682
Total	434.508	147.877	478.431	954.037	2.014.853

- a. O Banco possuía em 30/06/2026 o saldo de R\$ 356.263 mil em CDBs livres com liquidez diária. O montante de R\$ 7.602 mil é referente a comissões sobre depósitos a prazo, emitidos pelo Ouribank, que são disponibilizados em plataformas de outras Instituições Financeiras.

b. Despesas com Captação

	30/06/2026	30/06/2025
Depósitos Interfinanceiros	(261)	(1.628)
Depósitos a Prazo	(132.755)	(72.439)
Operações Compromissadas	(1.591)	(373)
Letras de Crédito Imobiliário	(1.066)	(690)
Letras Financeiras	(422)	(1.078)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(1.193)	(1.215)
Despesas com Letra Subordinada	(1.743)	-
Repasse Interfinanceiros	(4.998)	-
Outras	(403)	(1.134)
Total	(144.432)	(78.557)

17 Obrigações por operações compromissadas ao Custo Amortizado ("CA")

				30/06/2026
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano	Total
Letra Financeira do Tesouro	-	15.391	-	15.391
Debêntures	23.140	10.019	8.345	41.504
Total	23.140	25.410	8.345	56.895



	31/12/2025		
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Total
Letra Financeira do Tesouro	16.844	-	16.844
Debêntures	20.744	2.348	23.092
Total	37.588	2.348	39.936

18 Outros instrumentos de dívida ao Custo Amortizado ("CA")

	30/06/2026			
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano	Total
Letra de Crédito Imobiliário - Pós	2.296	9.692	2.310	14.298
Letra Financeira Subordinada	-	-	28.646	28.646
Total	2.296	9.692	30.956	42.944

	31/12/2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 1 Ano	Total
Letra de Crédito Imobiliário - Pré	3.365	-	-	3.365
Letra de Crédito Imobiliário - Pós	6.427	6.604	2.169	15.200
Letra Financeira Subordinada	-	-	17.056	17.056
Total	9.792	6.604	19.225	35.621

19 Relações interfinanceiras ao Custo Amortizado ("CA")

O saldo refere-se a conta de correspondentes de R\$ 212 (31/12/2025 - R\$ 177), sendo esse montante classificado como circulante.

20 Relações interdependências - Ordens de pagamento ao Custo Amortizado ("CA")

As ordens de pagamento no exterior a cumprir totalizou R\$ 345.639 (31/12/2025 - R\$ 518.820), sendo esse montante classificado como circulante.

21 Obrigações em moedas estrangeiras ao Custo Amortizado ("CA")

O saldo de R\$ 8.489, está dividido em empréstimos diretos de R\$ 5.296, FINIMP de R\$ 604 e obrigação em moeda estrangeira de R\$ 2.589. A importação, ainda que amparado por carta de crédito emitida por instituição financeira. As operações são atualizadas pela taxa de câmbio PTAX de compra (Bacen) na data-base, com os efeitos da variação cambial e dos encargos reconhecidos no resultado do período pelo método da taxa efetiva de juros (31/12/2025 - R\$ 2.073).

Compreendem recursos captados em moeda estrangeira junto a instituições financeiras no exterior, sob a forma de empréstimos diretos e de operações de FINIMP (Financiamento à Importação) amparadas por carta de crédito. Embora o FINIMP esteja vinculado a uma operação comercial específica, a obrigação de pagamento perante o agente financiador estrangeiro é da Instituição, que assume o risco de crédito e cambial da dívida; por isso, ambas as modalidades são registradas na mesma rubrica contábil.

Os saldos são atualizados pela variação cambial (taxa PTAX de compra do Bacen) e acrescidos dos encargos financeiros, reconhecidos pro rata pela taxa efetiva de juros, com efeitos no resultado do período.



22 Outros passivos financeiros ao Custo Amortizado ("CA")

	30/06/2026	31/12/2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos	6.213	10.438
Sociais e Estatutárias	-	8.554
Fiscais E Previdenciárias	319.787	66.573
Negociação E Intermediação De Valores	376	-
Valores A Devolver A Clientes	109.445	89.790
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos	587	312
Outras Provisões	2.663	-
Provisão Para Pagamentos A Efetuar	102.258	72.697
Credores Diversos - Exterior	34.917	30.577
Credores Diversos - País	1.730	69.903
Receitas a Apropriar	-	126.709
Outras	-	560
Total	577.976	476.113
Circulante	577.976	476.113
Não Circulante	-	-

23 Outras provisões

As provisões reconhecidas no período estão representadas por ações tributárias, cíveis e trabalhistas com base na opinião de seus assessores jurídicos. Para os processos classificados como prováveis a administração considera uma expectativa de desembolso para o próximo ano de R\$ 610.

	31/12/2025		30/06/2026			
	Quantidades	Saldo Final	Constituição/(Reversão)	Atualização	Saldo Final	Quantidades
Risco provável						
Trabalhista	6	1.079	(182)	88	985	12
Cíveis ⁽¹⁾	30	847	(458)	168	557	26
Total	36	1.926	(640)	256	1.542	38

	31/12/2025		30/06/2026	
	Quantidades	Valor em risco	Quantidades	Valor em risco
Perda Possível				
Tributário ⁽²⁾	5	284.360	5	291.976
Cíveis	28	81.290	33	3.492
Trabalhista ⁽³⁾	12	2.742	4	1.573
Total	45	368.392	42	297.041

(1) As provisões e contingências decorrem, de pleitos indenizatórios de natureza cível, decorrentes dos produtos bancários cujos valores são ajustados diante das decisões proferidas nos processos e diante de depósito em garantia de execução, quando este é realizado.



- (2) As perdas avaliadas como possível são decorrentes de duas ações anulatórias de débito fiscal com pedido de tutela antecipada distribuídas pelo Fundo de Investimento Imobiliário Península (Fundo), por meio do seu administrador a época, Ouribank, após o esgotamento dos recursos na esfera administrativa (autos P.A. nº 16327.720078/2011-62 e 16327.721226/2013-28), com a finalidade de anular os respectivos autos de infração lavrados para exigência de créditos tributários de PIS e de COFINS, exigidos pela Receita Federal em decorrência de uma interpretação ampliada do artigo 2º da Lei nº 9.779/99 que determina a aplicação do regime de tributação das pessoas jurídicas, em detrimento da tributação específica aplicável a fundos de investimento imobiliário (tratada na Lei nº 8.668/93). Ainda que não seja mais o administrador do Fundo, O Ouribank mantém o acompanhamento e a anotação do risco, tendo em vista que existe, uma vez perdida a ação, o risco de que o suposto débito do Fundo seja cobrado também do Ouribank, mediante invocação da tese da solidariedade do administrador. Não obstante, a exigibilidade do crédito está suspensa por decisão judicial e há seguro garantia contratado pelo referido Fundo. Há, ainda, outras três ações de natureza tributária que em razão de decisões, foram classificadas como possíveis no valor de R\$ 4.392.
- (3) As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, entre outros. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões e as contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

24 Obrigações fiscais diferidos

Débito Tributário	31/12/2025			30/06/2026
	Total do Passivo	Constituição/Reversão	Realização	Total do Passivo
Marcação a Mercado - DI/DDI	-	90.470	(89.520)	950
Termos em NDF	186.755	83.315	(255.902)	14.168
Marcação a Mercado - Ativos Financeiros	4.187	(2.999)	-	1.188
ACE/ACC	732	(732)	-	-
Swap não liquidado	-	725	-	725
Recuperação de Prejuízo Lei nº 14467	47	231	-	278
Total	191.721	171.010	(345.422)	17.309



25 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação	307.750	192.948
Participação no lucro	-	(1.962)
Adições		
Operações em Swap	1.296	831
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	19.903	15.304
Prejuízo com Crédito	854	1.307
ACE/ACC	1.317	-
Remuneração	18.437	5.160
Termos em NDF	383.324	(112.824)
Marcação a Mercado – Ativos Financeiros	6.663	(112.075)
Despesas indedutíveis	51	-
Licença paternidade	163	47
Exclusões		
Correspondentes	(12.784)	-
Juros sobre o Capital Próprio	(15.000)	-
Provisões para contingência	(385)	443
Swap não liquidado	(398)	-
Recuperação de Prejuízo Lei nº 14467	(203)	-
Outras exclusões	(4.138)	1.272
Marcação a Mercado – DI/DDI	(9.417)	201.511
Base de cálculo para Imposto de Renda/Contribuição Social/Prejuízo	697.433	191.962
Contribuição Social Corrente	(139.487)	(38.392)
% IRPJ/CSLL	(174.346)	(47.991)
PAT	1.181	-
Incentivos	2.295	-
Licença paternidade	163	-
Imposto de Renda Corrente	(170.707)	(47.991)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(310.194)	(86.383)
Ativo Fiscal Diferido	5.996	-
Passivo Fiscal Diferido	174.580	-

26 Patrimônio líquido

a. Capital

O Capital Social está em R\$ 111.000 dividido em 6.824.602 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 3.412.301 ordinárias e 3.412.301 preferenciais.



b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de junho de 2026 e 2025, a reserva legal totalizou R\$ 22.200.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em cumprimento a carta circular BACEN nº 3.935 - 25/02/2019, os juros sobre o capital próprio são reconhecidos em contas de patrimônio líquido quando são aprovados pelos acionistas do Ouribank. Em 30 de junho de 2026, o montante de juros sobre o capital próprio foi de R\$ 15.000.

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do período, até que essa reserva atinja 20% do capital social. Em 30 de junho de 2026, o montante de dividendos mínimos obrigatórios foi de R\$ 29.533 sendo incorporado aos juros sobre capital próprio.

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundos de lucros após as destinações legais, será utilizada para absorver os prejuízos acumulados, quando houver. Em 30 de junho de 2026, as destinações de reservas especiais de lucros totalizaram o valor de R\$ 365.710 (30/06/2025 - 165.655).

e. Outros resultados abrangentes

O saldo em resultados abrangentes no valor de R\$ 1.328 (30/06/2025 - R\$ 398), refere-se ao ajuste líquido do valor de mercado dos títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com contrapartida adequada em conta patrimonial.

27 Receitas de prestação de serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Tarifas de Operações de Câmbio	14.176	13.944
Tarifas de Operações de Serviço	29.413	6.640
Administração de fundo de investimento	3.240	4.301
Outras Receitas	1.263	997
Total	48.092	25.882

28 Despesas de pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração	(66.531)	(62.910)
Encargos	(19.034)	(17.818)
Benefícios	(12.715)	(12.059)
Treinamento	(262)	(244)
Total	(98.542)	(93.031)



29 Outras despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Contas de consumo	(14.825)	(7.302)
Processamento de Dados	(19.436)	(21.845)
Serviços do Sistema Financeiro	(15.049)	(14.693)
Serviços de Terceiros	(98.465)	(161.784)
Serviços de Vigilância e Segurança	(11.994)	(9.255)
Serviços Técnicos Especializados	(43.861)	(27.345)
Outras Despesas Administrativas	(4.524)	(2.723)
Amortização E Depreciação	(3.184)	(2.640)
Auditoria	(300)	(316)
Total	(211.638)	(247.903)

30 Despesas tributárias

	30/06/2026	30/06/2025
Despesa com COFINS	(41.494)	(30.052)
Despesa com PIS	(6.743)	(5.061)
Despesa com ISS	(2.307)	(1.158)
Outros Tributos estaduais, municipais e federais	(2.106)	(2.325)
Total	(52.650)	(38.596)

31 Outras receitas/ Despesas operacionais

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado com Exportações	-	4.988
Resultado com Variação Cambial	(3.225)	(926)
Recuperação de Encargos e Despesas	(2.175)	1.189
Rendas de Aplicações no Exterior	-	460
Resultado de Ativos Não Financeiros	1.123	5.521
Riscos Operacionais	(4.881)	(671)
Outras Receitas	(1.056)	702
Total	(10.214)	11.263



32 Limites operacionais – Acordo de Basileia

As Instituições Financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência mínimo de 8% mais adicional de Capital Principal de 2,50% do Patrimônio Exigido, conforme legislação do Banco Central do Brasil, objetivando fazer frente aos riscos inerentes aos negócios, garantindo liquidez.

Limites operacionais – Acordo de Basileia	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de referência	471.216	388.332
Patrimônio de referência exigido	220.602	196.212
Parcela de risco de crédito	118.456	92.963
Parcela de risco de mercado	29.025	62.515
Parcela de risco operacional	73.121	40.734
Total do ativo ponderado pelo risco	2.757.459	2.452.650

Índice de Basileia	17,09%	15,83%
---------------------------	---------------	---------------

33 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05 (R1). Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do semestre, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com o Ouribank e demais empresas ligadas. Os principais saldos e resultados das transações com partes relacionadas foram:

Partes Relacionadas		30/06/2026		30/06/2025	
		Ativos / (Passivos)	Receitas / (Despesas)	Ativos / (Passivos)	Receitas / (Despesas)
Pessoa Física	Depósito a vista	2	-	593	-
Pessoa Física	Certificado de Depósito Bancário	122.420	9.855	119.881	18.089
Pessoa Física	Letra de Crédito Imobiliário	12.724	-	1.875	-
Global Power Pagamentos Digitais LTDA	Operações	6	-	(17)	-
Global Power Pagamentos Digitais LTDA	Debentures	1.021	-	1.276	-
Global Power Pagamentos Digitais LTDA	Certificado de Depósito Bancário	-	-	6.553	879
Ourinvest Investimentos – Holding Financeira LTDA.	Depósito a vista	-	-	5	-
Ourinvest Investimentos – Holding Financeira S.A.	Depósito a vista	-	-	89	-
Ourinvest Investimentos – Holding Financeira S.A.	Certificado de Depósito Bancário	64	2	-	-
Ourinvest Investimentos – Holding Globalpower Ltda.	Certificado de Depósito Bancário	176	9	285	-
Ourinvest Investimentos – Participações E Empreendimentos S.A.	Certificado de Depósito Bancário	462	23	-	38
Ourinvest Investimentos Holding Ltda.	Certificado de Depósito Bancário	104	8	361	-
Ourinvest Participações S/A	Depósito a vista	-	-	-	-
Ourinvest Participações S/A	Certificado de Depósito Bancário	620	29	-	50
Sphere Holding S.A	Depósito a vista	-	-	100	-
Sphere Holding S.A	Certificado de Depósito Bancário	-	-	1.134	-
Sphere Holding S.A	Valores a pagar	-	-	463	-
Total		137.599	9.926	132.598	19.056

Outras partes relacionadas – pessoal-chave da administração e seus familiares

A remuneração dos Diretores totalizou R\$ 21.472. O Ouribank não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.

**34 Administração de recursos de terceiros**

O Ouribank é responsável pela administração de fundos/carteira de investimentos de terceiros cujo ativo total em R\$ 5.310.534 registrado em contas de compensação. Em 30 de junho de 2026, possuía cotas do fundo imobiliários do Fundo de Investimento Imobiliário Ourinvest Logística que não possuem característica de fundos exclusivos.

35 Outras informações

- (a) Os valores de depositários em custódia, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 3.958.405.
- (b) A cobertura de seguros contratados considera os riscos corporativos de R\$ 20.000; seguro para operações de crédito de R\$ 400.000, riscos de ocupação de R\$ 16.896, seguros de veículos de R\$ 100, seguro cibernético de R\$ 10.000 e seguro patrimonial de R\$ 72.137.
- (c) Não temos por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários, bem como remuneração baseada em ações.
- (d) Os avais e fianças vinculadas a contratos de licitações em garantia de R\$ 86.528 (31/12/2025 – R\$ 12.517), com a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 1.390 (31/12/2025 – R\$ 178).

Nessim Abadi
Diretor Responsável pela contabilidade

Márcio Felician Bravi
Contador CRC ISP-291607/O-0